

## A FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO: PERSPECTIVAS DA DESLEGITIMAÇÃO A PARTIR DOS VALORES PATRIARCAIS

SOUZA, N. O. C<sup>1</sup> ; INSFRAN, F.F.N<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Licencianda em Ciências Sociais/ Universidade Federal Fluminense/ ncorguinha@id.uff.br

<sup>2</sup> Professora Associada do Departamento de Fundamentos Pedagógicos/Universidade Federal Fluminense/ fernanda\_insfran@id.uff.br

**Palavra-chave:** Desigualdade de Gênero; Deslegitimação Docente; Interseccionalidades;

O presente trabalho tem por objetivo observar o modo como as mulheres foram delegadas a atuação em áreas de trabalho precarizadas e desvalorizadas socialmente, em específico, observar a presença e o aumento de mulheres na docência das séries iniciais como algo intencional e interligado às pressões patriarcais pela fixação de mulheres em funções de cuidado subvalorizadas (Hooks, 2020; Biroli, 2018). Ademais, o que está sendo proposto aqui, é compreender como, apesar de serem maioria, as mulheres que ocupam essa profissão, ainda sofrem cotidianamente com a dominação masculina (Bourdieu, 2002), que debilita sua ação docente, a partir de valores sociais reprodutivos e simbólicos estabelecidos. Assim, a hipótese é de que, a construção social patriarcal branca, engendrou uma série de processos de desigualdade de gênero, raça e classe e que, conseqüentemente, essas desigualdades atravessam determinados *campos sociais* (Bourdieu, 2004), nesse caso, o campo educacional. Essa relação seria, portanto, responsável por parte da precarização do magistério, e das conseqüências que isso traria para o professor e, para os alunos. Ademais, buscar-se-á entender o modo em que, a precarização e a deslegitimação da docência, estão ligados a um processo de *feminização* da profissão, - em especial às mulheres negras e de classes baixas - e que, a partir dessa desigualdade e estereotipagem de um papel atribuído ao feminino, interpreta-se como intencional essa diligência que foi entregue às mulheres, de um trabalho que une relações de cuidado, de tempo e baixas remunerações. Logo, propõem-se como metodologia, uma análise de dados - que demonstraram não só o aumento das mulheres na profissão, mas também a diminuição da diferença entre homens e mulheres a partir das etapas de escolaridades (dos primeiros anos aos anos finais) - e da análise teórica, intencionando a exploração das relações estabelecidas entre, o patriarcado branco e das interseccionalidades (Collins e Bilge, 2021) de gênero, raça e classe: como, a divisão sexual do trabalho (Biroli, 2018), o salário das mulheres, (Federici, 2021) o



trabalho doméstico, o trabalho de cuidado, e a exploração das mulheres negras, que corroboraram para a precarização do magistério, a partir de formações precárias, da desigualdade social, e da despreocupação com o fazer pedagógico efetivo, por parte das construções social – econômico – política do capitalismo patriarcal.

#### Referências:

- BIROLI, F. "Gênero e desigualdades: Limites e democracia no Brasil." São Paulo: Boitempo, 2018.
- BOURDIEU, P. "A dominação masculina". Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BOURDIEU, P. "Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico". São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. Interseccionalidade. Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.
- FEDERICI, S. "O patriarcado do salário: Notas sobre Marx, Gênero e Feminismo." São Paulo, Boitempo: 2021.

